

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 476/09, DA ARMAZÉM MATEUS S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas ("Partes"):

ARMAZÉM MATEUS S.A., sociedade anônima de capital fechado com sede na Cidade de São Luis, Estado do Maranhão, na Rodovia BR 135/Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, nº 5, Depósito, Bairro Maracanã, CEP. 65.099-090, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 23.439.441/0013-23 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de Maranhão ("JUCEMA") sob o NIRE nº 21300009795, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia" e "Estatuto Social", respectivamente); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514 – Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76" ou "Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos Debenturistas da presente emissão e doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário";

RESOLVEM celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª (primeira) Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09 (conforme definição abaixo), da Armazém Mateus S.A.", doravante denominada "Escritura", nos termos e condições abaixo aduzidos.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia realizada em 1º de agosto de 2013.



2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, conforme definida abaixo, e a distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição (“Oferta Restrita”), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM nº 476/09”), serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação da Deliberação Societária


2.1.1.1 A AGE será devidamente arquivada na JUCEMA e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no Jornal O Estado do Maranhão, conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEMA, conforme disposto do artigo 62, II, da Lei nº 6.404/76. Vias originais desta Escritura e de eventuais aditamentos, devidamente assinados, deverão ser protocolados para registro pela Emissora na JUCEMA em até 10 (dez) Dias Úteis de sua celebração. Uma vez devidamente registrados na JUCEMA, deverão ser enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após o registro na JUCEMA, 1 (uma) via original da Escritura.

2.1.3. Registro dos Contratos de Garantia no Registro de Títulos e Documentos e Cartório de Registro de Imóveis

2.1.3.1. Em virtude das garantias reais prestadas pela Emissora, nos termos do artigo 62, III da Lei das Sociedades por Ações e artigos 129 e 130 da Lei 6.015/73, os Contratos de Garantia definidos na Cláusula 4.11, bem como seus eventuais aditamentos, serão protocolados para registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Luis, Estado do Maranhão e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo que o Contrato de Alienação Fiduciária CD São Luis e eventuais aditamentos também serão registrados na matrícula nº 35.937 do Registro Geral de Imóveis de São Luis/MA e o Contrato de Alienação Fiduciária CD Imperatriz e eventuais aditamentos serão protocolados para registro nas matrículas nº 18.935 e 19.837 do Registro Geral de Imóveis da Cidade de Imperatriz/MA, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da sua celebração.



2.1.3.2 Após realização dos respectivos registros dos Contratos de Garantia, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário o comprovante dos respectivos registros no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento. Além disso, o Agente Fiduciário deverá receber 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia devidamente registrados no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data dos respectivos registros.

2.1.4 Dispensa de Registro na CVM

2.1.4.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

2.1.5 Dispensa de Registro na ANBIMA

2.1.5.1 Conforme dispõe o §1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, a Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem como objeto social o comércio, transporte e depósito de mercadorias listadas no Estatuto Social da Emissora, a gestão de ativos intangíveis não - financeiros e a representação comercial de mercadorias.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora ("Emissão").



3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 1.250 (um mil duzentas e cinquenta) debêntures ("Debêntures").

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 Atuará como banco liquidante e escriturador mandatário o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador Mandatário", conforme o caso)

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos obtidos com a colocação das Debêntures serão destinados à:
(i) liquidação de 3 (três) dos empréstimos de capital de giro obtidos com o Banco Bradesco S.A. vigentes no Banco Bradesco S.A., sem a cobrança de qualquer prêmio pela liquidação antecipada, sob os contratos (a) nº 4.151.276, no montante de R\$ 805.000,00 (oitocentos e cinco mil reais); (b) nº 5.255.681 no montante aproximado de R\$ 28.213.000,00 (vinte e oito milhões, duzentos e treze mil reais); e (c) nº 6.495.260 no montante aproximado de R\$ 36.681.000,00 (trinta e seis milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais); e (ii) investimentos na modernização do Centro de Distribuição ("CD") de São Luis/MA e construção de um novo CD na cidade de Imperatriz/MA.

3.8 Registro na CETIP



3.8.1 As Debêntures serão registradas para (i) distribuição primária através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”); e (ii) negociação secundária no Cetip21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários (“Cetip21”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 Não obstante o disposto no item anterior, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) de acordo com o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, e desde que cumpridas, pelo Emissor, as exigências dispostas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09.

3.8.3 Consideram-se “Investidores Qualificados” aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM nº 409/04”), observado o disposto na Instrução CVM nº 476/09 e na presente Escritura, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (v) fundos de investimento destinados a investidores não qualificados; e (vi) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, os quais deverão subscrever, no âmbito da oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira com estabelecimento na Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.271.464/0073-93 (“Coordenador Líder”) e serão destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado o estabelecido no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, bem como os termos e condições do “Instrumento Particular de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, em Série Única, da 1ª Emissão da Armazém

20/11/19

Mateus S.A.”, a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora (“Contrato de Colocação”).

3.9.2 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476/09, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.9.2.1 As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3.9.2.2 O volume da Emissão e da Oferta Restrita não poderá ser aumentado em nenhuma hipótese.

3.9.2.3 A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder até o Dia Útil imediatamente subsequente ao recebimento de contato de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.

3.9.2.4 Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.9.2.5 Poderão ser atendidos os clientes Investidores Qualificados do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista sua relação com o Coordenador Líder.

3.9.2.6 Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora e não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.9.2.7 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.



4. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1 Características Básicas

4.1.1 *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de agosto de 2013 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de agosto de 2023 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura. Na ocasião do vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento do saldo das Debêntures em Circulação, conforme abaixo definido, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida e calculada na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21 terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos titulares das Debêntures ("Debenturistas") emitido pela CETIP.



4.1.6 *Conversibilidade e Permutabilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição e em conformidade com o item 3.9.1 acima.

4.2.2 *Preço de Subscrição*

4.2.2.1 O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.3 **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1 Todas as Debêntures serão integralizadas em uma única data, à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição ("Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

4.4 **Direito de Preferência**

4.4.1 Não há qualquer direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.5 **Atualização do Valor Nominal Unitário**

4.5.1 Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.



4.6 Remuneração

4.6.1 A partir da Data de Integralização, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, denominadas “Taxa DI over extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido na Escritura de Emissão), calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um spread ou, sobretaxa de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário apurado em conformidade com esta Escritura, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento.

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- $FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$, sem arredondamento;
- FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:
- FatorDI = produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

- k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até n_{DI} ;
 n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
 TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- K = 1, 2, ..., n ;
 DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais

$FatorSpread$ = sobretaxa de juros fixos, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

onde:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

- $Spread$ = 2,3000;
 DP = número de Dias Úteis entre o Data de Integralização ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data atual, sendo " DP " um número inteiro;

4.6.1.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- (i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis)

casas decimais, sem arredondamento;

- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.6.1.2 Define-se "Período de Capitalização" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na data prevista do efetivo pagamento da Remuneração.

4.6.2 Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate total das Debêntures previstas nesta Escritura, a Remuneração será paga da seguinte forma:

- (i) a partir da Data de Emissão, até 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão ("Prazo de Carência"), ou seja, 15 de agosto de 2015, a Remuneração será paga em parcelas trimestrais nas datas de novembro, fevereiro, maio e agosto de cada ano; e
- (ii) a partir do fim do Prazo de Carência, será paga em parcelas mensais iguais e consecutivas, a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, na mesma data definida para o pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, conforme cláusula 4.7.1.

4.6.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " TDI_k ", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações

Handwritten signature/initials

financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.6.3.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis subsequentes ao decurso do prazo de 15 (quinze) dias acima, assembleia geral de Debenturistas, observados os termos previstos na presente Escritura para a respectiva realização ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração ("Remuneração Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, na apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.6.4 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura, será utilizado, para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.6.5 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva, na Assembleia Geral de Debenturistas realizada conforme o item 4.6.3.1 acima, entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, a Emissora deverá realizar o resgate antecipado, pela Emissora e consequente cancelamento da totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, inclusive, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da data de pagamento

da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada para apuração de "TDI_k", o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.7 Amortização Programada

4.7.1 A partir do final do Prazo de Carência, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 96 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo devido o primeiro pagamento no 25º (vigésimo quinto) mês após a Data de Emissão e o último na Data de Vencimento, observado o disposto nesta Escritura, conforme tabela abaixo:

Data da Amortização	% do Saldo do Valor Nominal Unitário de Emissão
15/09/2015	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/10/2015	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/11/2015	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/12/2015	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/01/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/02/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/03/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/04/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/05/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/06/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/07/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/08/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/09/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/10/2016	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)

Data da Amortização	% do Saldo do Valor Nominal Unitário de Emissão
15/09/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/10/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/11/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/12/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/01/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/02/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/03/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/04/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/05/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/06/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/07/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/08/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/09/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/10/2020	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)

15/09/2018	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/10/2018	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/11/2018	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/12/2018	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/01/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/02/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/03/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/04/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/05/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/06/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/07/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/08/2019	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)

15/09/2022	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/10/2022	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/11/2022	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/12/2022	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/01/2023	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/02/2023	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/03/2023	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/04/2023	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/05/2023	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/06/2023	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/07/2023	1,04% (UM INTEIRO E QUATRO CENTÉSIMOS PORCENTO)
15/08/2023	1,20% (UM INTEIRO E VINTE CENTESIMOS PORCENTO)

4.8 Repactuação

4.8.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.9 Condições de Pagamento

4.9.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.9.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, pelo Banco Liquidante.

4.9.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos

Handwritten signature

pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Serão de responsabilidade do Banco Liquidante a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Desta forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora ou ao Banco Liquidante qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido através deste instrumento.

4.9.1.3 O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item 4.9.1.3 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante ou pela Emissora.

4.9.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.9.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou, ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.9.3 *Encargos Moratórios*

4.9.3.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor

21/9

devido, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

4.9.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.9.4.1 Sem prejuízo do previsto no item 4.9.3.1, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10 Publicidade

4.10.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão publicados no Diário Oficial do Estado do Maranhão, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no Jornal O Estado do Maranhão, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures com esforços restritos de distribuição e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação em 2 (dois) Dias Úteis contados da data da sua realização.

4.11 Garantias Reais

4.11.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora sob as Debêntures, serão prestadas pela Companhia e pela Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Luis, Estado do Maranhão, na Av. Daniel de La Touche, nº 73, Loja 01, Bairro Cohama, CEP 65.074-115, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.603.379/0001-97 (“Tocantins”), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, as garantias reais abaixo descritas: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de cobrança bancária, no valor mínimo de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). O valor mínimo deverá ser mantido a partir da Data da Integralização até a Data de Vencimento ou a Data de Resgate Antecipado, o que ocorrer por último, conforme exposto no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios (denominado “Contrato de Cessão”).

Handwritten signature/initials



Handwritten mark

Fiduciária de Direitos Creditórios"); (ii) Alienação fiduciária de CD de propriedade da Emissora localizado na BR 135, km 05, s/n, quadra b, módulo a1, São Luís/MA, registrado sob a matrícula nº 35.937, no Registro Geral de Imóveis ("RGI") de São Luís/MA e avaliado pela Engebanc pelo conceito de venda forçada no valor de R\$29.670.000,00 (vinte e nove milhões e seiscentos e setenta mil reais) (denominado "Contrato de Alienação Fiduciária CD São Luis"); e (iii) Alienação fiduciária de 2 (dois) lotes de propriedade da Tocantins localizados na margem da BR 010 em Imperatriz/MA, registrados sob as matrículas nº18.935 e 19.837 no RGI da cidade de Imperatriz/MA, avaliados pela Engebanc pelo conceito de venda forçada no valor de R\$2.438.000,00 (dois milhões e quatrocentos e trinta e oito mil reais) e R\$1.349.650,00 (um milhão, trezentos e quarenta e nove mil e seiscentos e cinquenta reais), respectivamente (denominado "Contrato de Alienação Fiduciária CD Imperatriz", em conjunto com Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Contrato de Alienação Fiduciária CD São Luis, denominados "Contratos de Garantia"), conforme os termos e condições abaixo delineados.

4.11.2 Os bens descritos na cláusula 4.11.1 são tidos como garantidores para o pagamento de valor total das obrigações da Emissora sob as Debêntures, que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura, bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive honorários do Agente Fiduciário e as despesas judiciais e verbas indenizatórias, quando houver ("Obrigações Garantidas").

4.11.3 Em caso de inadimplemento pela Emissora de quaisquer das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário deverá liquidar os bens acima descritos na cláusula 4.11, o quanto baste, para a total liquidação das Obrigações Garantidas, conforme estabelecido nesta Escritura.

4.11.4 A Emissora poderá convocar Assembleia Geral de Debenturistas ou solicitar ao Agente Fiduciário que efetue a convocação, decorridos 60 (sessenta) meses contados a partir da Data de Emissão, a convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a desoneração de parte das garantias oriundas do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (i) mediante apresentação de laudos recentes de avaliação das garantias descritas nas cláusulas 4.11.1 (ii) e (iii) que demonstrem a elevação do valor de venda forçada das referidas garantias e (ii) desde que assegurados integralmente os valores devidos aos Debenturistas até a Data de Vencimento.



5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09, adquirir no mercado as Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2 Para efeito do disposto nesta Escritura, define-se como "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e ainda não resgatadas, as quais serão consideradas debêntures em mercado, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii), exclusivamente para os fins de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, as de titularidade de (a) empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Emissora; (b) acionistas controladores da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo cônjuges e parentes até 2º grau.

5.2 Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e mediante deliberação em Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, realizar unilateralmente o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, conforme o caso ("Resgate Antecipado").

5.2.1.1 O Resgate Antecipado será realizado pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, ou parcial, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver,



devidos pela Emissora nos ter

devidos pela Emissora nos ter

Plg.

14

5.2.3 Da Comunicação de Resgate deverão constar: (i) a Data de Resgate Antecipado respectiva; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) local de realização; (iv) procedimento de resgate; e (v) menção de que o preço unitário de resgate das Debêntures será correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior.

5.2.4 Em caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º, I do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, sendo que o Agente Fiduciário realizará o sorteio. Os Debenturistas sorteados serão comunicados com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência sobre o Resgate Antecipado sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data.

5.2.5 O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado (i) para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21, conforme procedimentos adotados pela CETIP, e/ ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.2.6 As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

5.3 Vencimento Antecipado Automático

5.3.1 O Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Emissora, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures, notificando o fato a todos os Debenturistas, no prazo 1 (um) Dia Útil contado a partir de sua ciência e exigirá da Emissora o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos



pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses.

- (i) a ocorrência de: (a) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência, ou, ainda, pedido de autofalência da Emissora e/ou de seus acionistas controladores diretos ou indiretos; ou, ainda; (b) qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou decretado contra a Emissora e/ou de seus acionistas controladores diretos ou indiretos;
- (ii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei nº 6.404/76;
- (iii) proposta, pela Emissora, a qualquer credor ou classe de credores, de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou requerimento, pela Emissora, de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora;
- (iv) redução do capital social da Emissora, exceto (a) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76; ou (b) se previamente autorizado pela maioria dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei 6.404/76;
- (v) falta de cumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, não sanada em 2 (dois) Dias Úteis contados da data do descumprimento na data do seu respectivo vencimento
- (vi) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da descrita nesta Escritura;
- (vii) não haver acordo entre a Emissora e os titulares de Debêntures a respeito da taxa substitutiva e a Emissora não tomar uma decisão acerca de qual taxa será utilizada para o cálculo da Remuneração Substitutiva, nos termos do item 4.6.3.1.;

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

- (viii) transferência, cessão ou promessa de cessão das obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura sem que seja obtida a prévia e expressa anuência dos titulares de ao menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral convocada para deliberar sobre este assunto;
- (ix) se a presente Escritura ou as garantias reais prestada pela Companhia, (a) forem objeto de questionamento administrativo, judicial ou arbitral; (b) forem anuladas, declaradas nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; ou (c) de qualquer forma, deixarem de existir, desde que não substituída a garantia por outra livre de qualquer ônus no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a partir do recebimento da citação ou notificação para tanto e
- (x) cisão, incorporação, incorporação de ações, fusão, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou suas controladoras que resulte em mudança ou transferência de controle acionário, (a) exceto se realizada entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, desde que mantido o controle indireto; ou (b) exceto se (1) enviadas informações cadastrais dos futuros acionistas ao Agente Fiduciário, contendo: Nome/ Razão Social; CPF/CNPJ e endereço residencial/da sede e (2) obtida anuência prévia de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (xi) alteração do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora, exceto (a) mediante anuência prévia de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou (b) alterações no controle acionário entre os acionistas constantes no estatuto Social da Emissora no momento da celebração desta Escritura;
- (xii) não cumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva contra a Emissora, ordenando o pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustado anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV");
- 20/9-

- (xiii) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer outra forma a seus acionistas, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em razão das Debêntures, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (xiv) alteração do Estatuto Social da Emissora que permita aos acionistas exercerem, no todo ou em parte, o direito de recesso da Emissora, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações;
- (xv) alienação ou cessão de ativos da Emissora (a) em montante superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, desde que não reaplicados nos negócios da Emissora, conforme descritos no Estatuto Social e (b) não aprovados em AGD por 75% das Debentures em circulação especialmente convocada;
- (xvi) vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora, consideradas individualmente, decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor individual ou agregado superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas; reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, desde que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 05 (cinco) dias contados da respectiva ciência pela Emissora; e

5.3.1.1 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura.

5.4 Vencimento Antecipado Não Automático

Deleg


✓

5.4.1 O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados abaixo, para deliberar a respeito da não declaração do vencimento antecipado de todas as obrigações da Emissora referentes às Debêntures e, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Emissora o pagamento em até 2 (dois) Dias Úteis do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (i) não observância dos índices financeiros calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura ("Índices Financeiros"), a serem verificados trimestralmente;
- (ii) protestos de títulos contra a Emissora que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 15 (quinze) dias contados da respectiva ciência pela Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado;
- (iii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, reajustados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV;
- (iv) não renovação ao término de contrato de concessão, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades da Emissora;
- (v) falta de cumprimento pela Emissora de obrigação não pecuniária decorrente das Debêntures, desde que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do descumprimento;
- (vi) alteração ou modificação relevante do objeto social da Emissora sem prévia comunicação aos Debenturistas;

- (vii) existência de restrições cadastrais impeditivas que venham a recair sobre a Emissora, em órgãos públicos, incluindo mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 12.5.2011, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, impeditivas em nome da Emissora, seus sócios e/ou dirigentes e ou a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Emissora, seus sócios e ou dirigentes que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente Cadastro de Empregadores”, referentes a levantamento de informações sobre manutenção de trabalhadores em condições análogas à de escravidão, nos termos da Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 540, de 15 de outubro de 2004;
- (viii) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura ou em qualquer outro documento relacionado à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;
- (ix) as garantias reais previstas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia não sejam constituídas e aperfeiçoadas nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia; e
- (x) caso as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura (a) sejam subordinadas a quaisquer dívidas que venham a ser por ela contraídas, e/ou (b) não concorram em condições *pari passu* com as demais dívidas garantidas da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal.

5.4.2 A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar na mesma data o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos neste instrumento, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.



5.4.3 Uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 5.4.1 anterior, será necessário o quórum especial de titulares que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

5.4.4 Uma vez declaradas vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada a Emissora, com cópia para CETIP, e (b) ao Banco Liquidante.

5.4.5 Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado em até 2 (dois) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 5.4.4 acima. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com, no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

5.4.6 Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 5.4.1 desta Escritura de Emissão, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures assumidas pela Emissora, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) disponibilizar ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (1) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (2) declaração do Diretor Presidente da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura, relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo exercício, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela



Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da emissão, incluindo ocorrência ou não de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas no item 5.3.1;

- (b) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de cada trimestre, (1) cópia do balanço consolidado da Emissora relativas ao encerramento de cada trimestre (2) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros para o respectivo trimestre, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
- (c) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada permitindo que o Agente Fiduciário, através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data da solicitação, a qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada;
- (d) em até 05 (cinco) Dias Úteis após o efetivo registro na JUCEMA, notificação de convocação e cópias das atas de todas as Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões de Diretoria da Emissora;
- (e) dentro de 10 (dez) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas ou da data em que forem divulgados ao mercado, cópia de todas as cartas e comunicados enviados, bem como os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias, desde que devidamente registrada na JUCEMA que, de qualquer forma, envolvam interesses dos Debenturistas;
- (f) cópia de qualquer notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu recebimento, que possa

DLg

resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures, entendido como qualquer evento ou situação que cause (1) qualquer efeito negativo, de caráter substancial, na situação (financeira, societária, operacional ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Emissora e/ou de suas controladas; e/ou (2) qualquer efeito negativo na capacidade da Emissora de cumprir pontualmente qualquer de suas obrigações pecuniárias ou obrigações não pecuniárias relevantes, no todo ou em parte, nos termos desta Escritura;

- (g) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 5.3.1 e 5.4.1 acima em até 3 (três) Dias Úteis data da ciência pela Emissora, e/ou da ciência pela Emissora de ato ou fato que tenha resultado ou possa resultar em um efeito adverso relevante sobre as Debêntures;
 - (h) os eventuais comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento; e
 - (i) 1 (uma) via original dos Contratos de Garantia devidamente registrados, conforme disposto na Cláusula 2.1.3.2 no prazo de até 02 (dois) Dias Úteis contados da data dos respectivos registros.
-
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (iv) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;



- (v) cumprir todas as determinações da CVM, disponibilizando documentos exigidos por todas as leis e regulamentos aplicáveis e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (vi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (viii) cumprir todas as leis e, em todos os aspectos relevantes, todas as regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realizar negócios ou possua ativos;
- (ix) notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da ciência do fato, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa afetar adversamente sua condição operacional;
- (x) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures, contatos da data da sua ciência, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras disponibilizadas pela Emissora em seu site não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (xi) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, juros sobre capital próprio, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (xii) manter seus bens adequadamente segurados, conforme a regulamentação que lhe seja aplicável;

Handwritten signature

Handwritten mark

- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;
- (xiv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) de contratação do agente fiduciário e do Banco Liquidante;
- (xv) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, quais sejam:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, na seguinte página da rede mundial de computadores: www.grupomateus.com.br, dentro de até 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no subitem (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM nº 358/02"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar, na seguinte página da rede mundial de computadores: www.grupomateus.com.br, a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, comunicando este fato imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário, conforme dados de contato do Coordenador Líder constantes do Contrato

Daly

de Colocação e dados de contato do Agente Fiduciário na presente Escritura; e

- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (xvi) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, Banco Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xvii) repassar as informações referentes aos eventos das Debêntures ao Banco Liquidante, informando o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, da véspera do evento até as 19:00h (dezenove horas) da véspera do evento;
- (xviii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que, sempre que possível e dentro de padrões de mercado, previamente aprovadas, por escrito, pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios (devidos apenas na hipótese de cobrança judicial da dívida) e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (xix) cumprir rigorosamente o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, as demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão, assim como, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (xx) não transferir ou, por qualquer forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

Delet

✓

6.2 As despesas a que se refere a alínea (xviii) do item 6.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iii) extração de certidões;
- (iv) despesas de viagem, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário; e
- (v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7. AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora nomeia e constitui a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como Agente Fiduciário da Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.2.1 Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 7.2 acima, caberá à Emissora efetua-la, observado o



prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação.

7.2.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.2.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente este fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.2.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o quórum de deliberação previsto no item 8.8 abaixo.

7.2.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.2.6 A substituição em caráter permanente do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83; e (ii) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCEMA.

7.2.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.2.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.3 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

Handwritten signature

Handwritten mark

- JUNTA DE DEBENTURAS
- DEBENTURAS
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
 - (viii) verificar a regularidade da constituição das garantias reais que venham a ser prestadas sob as Debêntures;
 - (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
 - (x) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, de forma justificada, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- 40/10/19

- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 4.10 acima, às expensas da Emissora;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo relacionadas. Para tanto, a Emissora disponibilizará todos os atos societários necessários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório, bem como as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, que deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- (a) eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate das Debêntures amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

- JUNTA
- DE
- ADMINISTRAÇÃO
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (1) denominação da companhia ofertante;
 - (2) valor da emissão;
 - (3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (4) espécie;
 - (5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
 - (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
 - (k) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias reais que venham a ser prestadas sob as Debêntures;
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:



- (a) na sede da Emissora;
- (b) no escritório do Agente Fiduciário;
- (c) na CETIP;
- (d) na CVM; e
- (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 4.2, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório acima mencionado se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestão de informações junto a Emissora, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive em relação à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, observado o disposto na cláusula 10.2.1 abaixo, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos, enviando comunicação de igual teor à CVM e à CETIP;

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

8.4.2 A Assembleia Geral de Debenturistas somente poderá ser realizada, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.


8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo que a Emissora deverá ser sempre convocada para referidos conclaves, respeitadas as regras e prazos de convocação aplicáveis aos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não. As deliberações dependerão da aprovação de titulares de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se outro quórum específico for estabelecido na presente Escritura.

8.9 As deliberações que digam respeito aos Debenturistas ou às condições das Debêntures, como, por exemplo, (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante ou do Escriturador Mandatário; (ii) alteração dos quoruns previstos nesta Escritura; (iii) alteração de datas de pagamentos de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iv) alteração do prazo das Debêntures; (v) alteração da forma de amortização; (vi) alteração da remuneração das Debêntures; (vii) alteração dos itens de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (viii) alteração das obrigações adicionais da Emissora; deverão ser tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto nela proferido. Quaisquer deliberações tomadas pelos Debenturistas nos termos desta cláusula deverão ser aprovadas pela Emissora.



8.10 A alteração dos quoruns qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação por titulares da totalidade das Debêntures em Circulação.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) o representante legal que assina esta Escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para tanto, podendo cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não há nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, §3º, da Lei 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação específica e nesta Escritura;
- (viii) aceita integralmente esta Escritura, suas cláusulas e condições;
- (ix) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

Delegado

- (x) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xi) não possui qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xii) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83; e
- (xiii) as garantias reais a serem prestadas pela Companhia são suficientes; e
- (xiv) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário não identificou que presta serviços de agente fiduciário em emissões da Emissora ou de sociedades de seu grupo econômico.

9.2 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, este assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em

Deleg.

✓

decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28/83, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) é uma sociedade por ações de capital fechado devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a

Deleg

proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (vi) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles descritos na cláusula 4.11 e por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental federal, estadual, municipal ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMA e o registro das Debêntures na CETIP;
- (viii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (ix) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (x) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme a regulamentação do setor que lhe seja aplicável;
- (xi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (xii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

Deleg.

- (xiii) as demonstrações financeiras da Emissora apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil. Desde a data das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Emissora não tem conhecimento de nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento relevante do endividamento da Emissora;
- (xiv) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (xv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere às garantias prestadas pela Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (xvi) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas da Emissora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (xvii) não há, na data de assinatura desta Escritura, e que seja de seu conhecimento, outros processos administrativos e judiciais em que a Emissora seja parte além daqueles apresentados nas certidões da Emissora;
- (xviii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e

Deleg.

(xix) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

10.2.1 A Emissora se compromete a notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, observado o disposto no item 7.3 (xix) desta Escritura.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

ARMAZÉM MATEUS S.A.

Rodovia BR 135/Avenida Engenheiro Emiliano Macieira, nº5, Depósito, Bairro Maracanã

65.099-090 - São Luis - MA

At.: José Morgado

Telefone: (98) 2108-3518

Correio eletrônico: jose.morgado@armateus.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca
22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Telefone: 21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Handwritten signature/initials

Correio eletrônico: middle@pentagonotrustee.com.br/
backoffice@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 – Osasco – SP

At.: Sr. João Batista de Souza/Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 3684-7911/3684-2852

Fax: (11) 3684-2704

Correio eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br; 4010.tomo@bradesco.com.br;
4010.custodiartf@bradesco.com.br

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 – São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

Correio eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.1 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, ou, ainda, por telegrama enviado aos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão

ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

11.1.2 A mudança de qualquer dos endereços e/ou representantes dos destinatários acima deverá ser comunicada a todas as demais Partes pela Emissora em até 5 (cinco) dias.

11.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "Dia Útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "Dia Útil", entende-se que o prazo será contado em dias corridos.

11.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia a ele, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.5 As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

11.6 As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

Handwritten signature/initials

Handwritten mark

ATA

2013

11.7 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

11.8 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12. LEI E FORO

12.1 Esta Escritura reger-se-á pelas leis da República Federativa do Brasil.

12.2 Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas

São Paulo, 15 de agosto de 2013.

(assinaturas nas páginas seguintes)



(página de assinatura 1/3 da Escritura celebrada entre Armazém Mateus S.A.,
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 15 de agosto de
2013).

ARMAZÉM MATEUS S.A.

1º Ofício de Notas

→ Ilson Mateus Rodrigues

Nome:

Cargo:

TABELIONADO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SÃO LUIS-MA
TABELIÃO DR TITO ANTONIO DE SOUZA SOARES
TABELIÃO SUBSTITUTO - FABIO TITO SOARES
RUA DO SOL, 156-A, CENTRO - CEP: 65020-590 - FONE: 98 3231-9116
e-mail: cartoriotitosoares@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA a firma de **ILSON MATEUS RODRIGUES**. Em testº _____ da verdade

São Luis-MA, 22 de Agosto de 2013 às 10:22:46.

Genilson Saraiva Pereira



(página de assinatura 2/3 da Escritura celebrada entre Armazém Mateus S.A.,
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 15 de agosto de
2013).

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**



Nome: Syllas Santos de Azevedo
Cargo: Promotor



(página de assinatura 3/3 da Escritura celebrada entre Armazém Mateus S.A.,
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 15 de agosto de
2013).

Testemunhas:

1. Victor Zambolim Schneider

Nome: Victor Zambolim Schneider

RG: 35.519.971-3

CPF/MF: 405.851.558-95

2. Renan A. Coover

Nome: RENAN AUGUSTO DE C. C. COOVER

RG: 30 701 343-5 SSP/SP

CPF/MF: 345.162.000-06

Dt 14



(Este anexo é parte integrante da Escritura celebrada entre Armazém Mateus S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 15 de agosto de 2013).

ANEXO I

ÍNDICES FINANCEIROS

1. Os seguintes Índices Financeiros deverão ser calculados pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, nos termos da cláusula 6.1 (i) (a) e (b) acima, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das respectivas demonstrações financeiras pelo Agente Fiduciário, até a Data de Vencimento: não poderá ser superior a 5 (cinco) vezes a razão entre as contas de Dívida Líquida e EBITDA.

2. Define-se:

Dívida Líquida	É a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, menos as disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo.
EBITDA	Significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, o auditor independente da Emissora, desde que seja registrado na



11.000.000

CVM, deverá calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta
Escritura.

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]